

Aproximações teóricas e metodológicas entre a Folkcomunicação e a Comunicação para o Desenvolvimento (C4D)

Theoretical and methodological approaches between Folkcommunication and Communication for Development (C4D)

Enfoques teóricos y metodológicos entre la Folkcomunicación y la Comunicación para el Desarrollo (C4D)

DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-58442023101pt>

Flávio Santanaⁱ

 <https://orcid.org/0000-0001-9810-8244>

Camila Escuderoⁱⁱ

 <https://orcid.org/0000-0002-9399-1207>

Guilherme Moreira Fernandesⁱⁱⁱ

 <https://orcid.org/0000-0001-6896-4963>

ⁱ (Universidade Estadual do Piauí, Campus Professor Barros Araújo, Curso de Bacharelado em Jornalismo. Picos – PI, Brasil).

ⁱⁱ (Universidade Metodista de São Paulo, Diretoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. São Bernardo do Campo – SP, Brasil).

ⁱⁱⁱ (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Cachoeira – BA, Brasil).

Resumo

Pensada na década de 1960, período de grandes transformações econômicas e sociais no Brasil, a Folkcomunicação nasce com o objetivo de suprir os problemas da Comunicação ao enxergar e compreender as reações de um povo que vivia à margem, sem engajamento com os meios de comunicação. Neste mesmo período, a acoplagem “comunicação” e “desenvolvimento” busca uma atmosfera pública favorável à transformação social na América Latina. Por considerar que as duas abordagens teóricas se complementam, o presente trabalho propõe um cruzamento entre a Folkcomunicação e a Comunicação para o Desenvolvimento (C4D), a partir de revisão bibliográfica. A contribuição desta pesquisa se baseia no reconhecimento da Folkcomunicação dentro da perspectiva do desenvolvimento social e na valorização do diálogo entre as duas vertentes.

Palavras-chave: Comunicação para o Desenvolvimento (C4D). Folkcomunicação. Desenvolvimentismo. Luiz Beltrão.

Abstract

Conceived in the 1960s, a period of great economic and social transformations in Brazil, Folkcommunication was born with the aim of overcoming Communication problems by seeing and understanding the reactions of a people who lived on the margins, without any engagement with the media. In this same period, the coupling of “communication” and “development” seeks a public atmosphere favorable to social transformation in Latin America. Considering that the two theoretical approaches complement each other, this work proposes a crossing between Folkcommunication and Communication for Development (C4D), based on a literature review. The contribution of this research is based on the recognition of folkcommunication within the perspective of social development and on the appreciation of the dialogue between the two aspects.

Keywords: Communication for Development (C4D). Folkcommunication. Developmentalism. Luiz Beltrão.

Resumen

Durante la década de 1960, período de grandes cambios económicos y sociales en Brasil, la Folkcomunicación nació con el objetivo de suplir problemas de la Comunicación, a partir de la observación y comprensión de las reacciones de un pueblo que vivía al margen, y sin compromiso con los medios de comunicación. En el mismo período, la “comunicación” y el “desarrollo”, buscó un clima público favorable a la transformación social en América Latina. Por considerar que los dos enfoques teóricos se complementan, el presente trabajo propone un cruce entre Folkcomunicación y Comunicación para el Desarrollo (C4D), a partir de una revisión bibliográfica. La contribución de esta investigación se basa en el reconocimiento de la Folkcomunicación desde la perspectiva del desarrollo social y en la valorización del diálogo entre las dos vertientes.

Palabras clave: Comunicación para el Desarrollo (C4D). Folkcomunicación. Desarrollismo; Luiz Beltrão.

Introdução

Dentre os principais fundamentos das pesquisas em Comunicação já desenvolvidas, permeia-se o reconhecimento das relações de poder dos meios de comunicação frente à sociedade de massa. O princípio de averiguar como e por quem tais articulações de influência e dominância são construídas e qual a responsabilidade do processo de comunicação midiática – questões muito reforçadas pela linha de ideias estabelecidas pela Escola de Frankfurt, tanto na Europa como nos Estados Unidos da América (EUA) – foi, por muito tempo, integrado às perspectivas de análise de delimitação do próprio campo de estudos.

Por outro lado, como ilustra Umberto Eco (1984), em sua conhecida obra *Apocalípticos e Integrados*, o empirismo mostrou que as diversas possibilidades de construção e disseminação das informações, a capacidade de diálogo e trocas entre indivíduos sociais e instituições, características próprias do território e acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), entre outras questões, colocam a comunicação como processo-chave para toda e qualquer forma de organização social.

No âmbito da América Latina, especialmente, o termo Comunicação para o Desenvolvimento (*Communication for Development*, C4D), surge na década de 1960, como possibilidade de articular estratégias de engajamento dos grupos sociais em situação de marginalização à educação, economia e política. Entende-se que os meios caminham conjuntamente aos processos de mudanças sociais, principalmente quando esses se tornam base nos projetos desenvolvimentistas aplicados nos países em situação de subdesenvolvimento – ou no que se refere hoje àqueles que seguem em vias de desenvolvimento. Consequentemente, seria um método de propor participação, visto que grande parte dessas sociedades ainda não detinha de métodos eficazes para atenderem a uma demanda tecnológica global.

Na verdade, no continente, como destaca Omar Rincón (2018, p. 66-67), a comunicação sempre foi pensada a partir de conceitos, processos e ritmos próprios, em consideração a participação das pessoas, o desenvolvimento e a libertação. “[...] um assunto não somente de meios ou tecnologias, mas de processos, práticas e experiências de cultura [...] uma comunicação liberada dos meios de comunicação”. São ilustrativos, nesse sentido, os estudos pioneiros de Wilbur Schramm, Daniel Lerner e Everett Rogers, na década de 1960, além dos mais recentes, como Jan Servaes, já no início dos anos 2000, e Emily McAnany, na década de 2010. Assim, a comunicação se configura como instrumento basilar de transformação em vista à diminuição das distinções sociais.

No Brasil, Luiz Beltrão (1980, 2014), considerado pioneiro das Ciências da Comunicação, sintetizou diferentes teorias e abordagens à sua realidade para propor a Folkcomunicação como o estudo das manifestações artesanais de informações, opiniões, ideias e atitudes dos grupos marginalizados em um período de constantes transformações políticas, econômicas, culturais e sociais. Dentre as principais contribuições da teoria, destaca-se a reinterpretação da perspectiva

do líder de opinião de Paul Lazarsfeld à realidade brasileira, a demonstração da inoperância dos meios de comunicação social e a existência de um sistema de comunicação popular próprio dos indivíduos em situação de marginalidade.

Se por um lado a Folkcomunicação revela o desconhecimento e a importância de se investigar as manifestações artesanais de comunicação do povo, por outro reflete acerca do obstáculo no envio e na circulação de informação em sociedade a partir dos meios de comunicação. A pesquisa de Flávio Santana (2020) aponta uma forte relação entre a Folkcomunicação e a proposta da C4D, além das evidências de que a teoria beltraniana foi pensada na perspectiva do desenvolvimentismo, apontadas por Isabel Amphilo (2010) e Iuri Parente Aragão (2017).

Assim, baseado em uma pesquisa bibliográfica, este estudo propõe um cruzamento entre a teoria da Folkcomunicação e a C4D. Para a construção do desenho metodológico, fez-se necessária a escolha dos procedimentos de classificação do material e do conteúdo pesquisado. Assim, foi definido o parâmetro temático, cuja proposta parte de selecionar obras que trazem ideias e conceitos representativos de acordo com os temas relacionados às abordagens trabalhadas neste estudo, sem recorte temporal.

A relevância deste estudo parte de reconhecer o pioneirismo de Beltrão, valorizar o diálogo entre as duas vertentes teóricas e destacar que a Folkcomunicação pode ser pensada dentro da perspectiva do desenvolvimento social.

Comunicação e Desenvolvimento

Pensar a comunicação na perspectiva do desenvolvimento requer, antes de tudo, entender que o desenvolvimentismo possui diferentes concepções baseadas em períodos históricos. Por muito tempo, esta noção esteve relacionada à evolução, em consideração ao nível de primitividade e miséria, sem maiores questionamentos a respeito de como as nações alcançariam esse progresso, já que apenas alguns países, norte-americanos e europeus, seguiam em tal estado (BELTRÁN, 2006).

Foi só após a Segunda Guerra Mundial que o desenvolvimento passou a ser observado como crescimento econômico, baseado no suporte tecnológico. A intervenção dos EUA estimulou esse modelo com programas destinados à promoção do desenvolvimento socioeconômico mediante a “assistência” aos países subdesenvolvidos da América Latina, na circunstância da independência destes das metrópoles europeias. Conforme Celso Furtado (1978, p. 36-37), “[...] o objetivo da política dos EUA é conservar integrada a sua esfera de influência e que o desenvolvimento deste ou daquele país deve ser considerado como um meio para esse fim”, o que afetou diretamente a tomada de decisões políticas e de cunho social.

Cabe ressaltar que no Brasil, a imprensa, o rádio, o cinema e, mais tarde, a televisão, se abasteceram com os padrões econômicos (MARQUES DE MELO, 1975) e serviam como mecanismos de dominação política, regulados para deter o controle do funcionamento do

aparelho do Estado, preparado para se moldar um “modo de vida” voltado à ideologia capitalista, e a sua organização social (WERNECK-SODRÉ, 2010). Ou seja, historicamente, os meios de comunicação exerceram papel de grande importância no processo desenvolvimentista dos países desenvolvidos e seguiram a mesma lógica nos países dependentes.

Durante uma evolução histórica, o desenvolvimento percorreu três fases, distintas e dependentes entre si, classificadas por Servaes (2004) a partir de algumas vertentes e correntes que se apresentaram paralelamente em diferentes contextos sociais: (i) econômica, relacionada a teoria da modernização; (ii) social e cultural, estabelecida pela teoria da dependência; e (iii) sustentável, visão recente e contemporânea. Cada uma dessas fases causou transformação no conceito do termo e implicou em mudanças nas maneiras de governar a prática anterior (PERUZZO, 2014; ESCUDERO, 2018).

Muito embora tenha vivido diferentes fases, o entendimento de desenvolvimento voltado ao progresso mantém-se atemporal, uma vez que o fator econômico – atribuído apenas a incrementos no nível de renda como condição necessária para o progresso – sempre foi visto e entendido como uma das principais condições para o seu alcance, e, na maioria das vertentes, como o próprio desenvolvimento.

Não obstante, com o amadurecimento do capitalismo, no qual o desnível de renda deliberava os países pobres e ricos, inclusive dentro das próprias sociedades ditas industrializadas, passou-se a questionar a condição econômica de um país ou região como insuficiente para explicar o nível de avanço de uma população. A Carta das Nações Unidas levantou importantes questões voltadas ao desenvolvimento em abril de 1945, durante a Conferência de São Francisco, e propôs um acordo entre as nações com medidas, a fim de evitar ameaças à paz e segurança internacionais, estabelecer melhores relações entre as nações e cooperação internacional – em busca da elevação do desenvolvimento em todos os sentidos, seja no âmbito econômico, social, cultural ou humanitário – e promover os direitos humanos e liberdades individuais sem distinções de qualquer caráter. Desde então, a Organização das Nações Unidas (ONU) segue empenhada nas propostas e princípios da carta, em consideração ao conceito e aos meios hábeis para se alcançar o desenvolvimento.

Nesse mesmo período, as demandas políticas e sociais da América Latina impulsionaram o campo de pesquisas científicas em Comunicação, já que as fortes “marcas de dependência estrutural, que evoca uma cultura de silêncio e da submissão, mas, também, de resistência e de luta, são o pano de fundo da busca por compreender o que acontecia com a comunicação e demarca as fronteiras do emergente campo de estudo” (BERGER, 2001, p. 241). Um contexto no qual faz surgir o debate acerca da comunicação dentro do âmbito do desenvolvimento, quando começou a ser pensado o uso de meios de comunicação social, interpessoais ou mistos, em projetos de desenvolvimento econômico e social.

Apesar disso, só na década de 1960 que surgiram as primeiras formulações teóricas no viés da Comunicação, pensadas para implementação nos programas de desenvolvimento em países subdesenvolvidos – hoje entendidos como nações que vivem um processo de desenvolvimento.

Dentre os pioneiros nesse aspecto, destacam-se os estudos de Schramm (1976), Lerner (1973) e Rogers (2003).

Servaes (2004) classifica o percurso da CD4 em dois grandes modelos: o difusionista e o participativo. Estes se relacionam a determinados períodos históricos, em atenção às necessidades da época. Primeiramente, é importante destacar que o modelo difusionista parte de pensar na criação de uma atmosfera pública favorável à transformação por meio da mídia de massa, com o objetivo de “alcançar a modernização das sociedades tradicionais através do avanço tecnológico, o crescimento econômico e o progresso material” (BELTRÁN, 2006, p. 59, tradução nossa).

Assim, o modelo difusionista, aliado ao paradigma da Modernização, corroborou o aumento do fluxo de informações em nível internacional, a partir dos EUA e da Europa, baseado em políticas ideológicas, as quais difundia-se um padrão de sociedade a partir destes centros dominantes. Conforme Cicilia Peruzzo (2014, p. 180), é a partir de então que:

Preconiza-se o uso da comunicação interpessoal e massiva como vetores de difusão de inovações com vistas à modernização de sociedades tidas como atrasadas, como inclusão de tecnologias e mudanças de hábitos culturais no cultivo agrícola, na alimentação, produtos de consumo etc. O uso do rádio e da televisão era visto como importante para difundir novos padrões de comportamento. Estes veículos de comunicação ajudaram, por exemplo, a divulgar a ideia da necessidade do controle da natalidade, de que o leite em pó industrializado era melhor para a saúde infantil, do consumo do automóvel, do uso do plástico em vez de produtos à base do sisal, da adesão ao cigarro pelas mulheres, entre outras.

Do ponto de vista cultural, Nelson Werneck-Sodré (2010) aponta as modificações na cultura brasileira quando as influências europeias anteriores à Segunda Guerra dão lugar às norte-americanas. O desenvolvimento da cultura, perpetuada no meio rural, passa a ser visto como ameaça às formas ditas modernas que se inseriam no país, já que estas implementavam e reforçavam uma política de submissão. A identidade brasileira, neste viés, se desconfigura continuamente, quando se passa a relacionar o “popular” às classes subalternas, aquela em que os indivíduos sem formação e desassistidos pelas práticas desenvolvimentistas (ORTIZ, 1985).

Quase todas as críticas latino-americanas desenvolvidas por volta da década de 1970 explicam a comunicação vertical como dominante, manipuladora, impositiva, e, por assim se caracterizar, não há como pensá-la fora do poderio econômico, político e cultural (BELTRÁN, 2019; PERUZZO, 2014). Luis Ramiro Beltrán (2006) aponta que Juan Díaz Bordenave propôs o socialismo democrático como modo de desenvolvimento alternativo, pensado para a comunidade, autogerido e participativo. Esta perspectiva consiste em transformar a comunicação vertical em horizontal, com o objetivo de oportunizar indivíduos a emitir mensagens (BELTRÁN, 2019)

e, assim, promover a interação, a igualdade e a manutenção do controle entre os indivíduos em sociedade, em prol da consciência crítica da população (BORDENAVE, 1994).

Neste mesmo período, o direito à comunicação, assim como os direitos econômicos, sociais e culturais, ganhou reconhecimento por também estabelecer relação com a liberdade e a igualdade. Diante do baixo índice de veículos de comunicação nos países de estrutura subdesenvolvida, a Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura (UNESCO) se mobilizou para estimular a implantação de redes de comunicação com o intuito de promover mudanças nas estruturas socioeconômicas (MARQUES DE MELO, 1976). A principal premissa para a efetivação da comunicação enquanto ferramenta para o desenvolvimento parte da liberdade de expressão e dos mecanismos de liberdade dos modos ideológicos disseminados pelo Estado e pela burguesia, formada historicamente como uma força política e hegemônica.

O direito à comunicação adveio dos debates conduzidos pela UNESCO, por volta de 1970. Precisamente em 1977, uma comissão internacional propôs estratégias e mudanças para a redistribuição dos fluxos de informação entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, em um projeto denominado de Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (Nomic). Três anos depois, a Unesco lançou o Relatório MacBride, conhecido como “Um mundo e muitas vozes”, embasado nas discussões de uma comissão liderada pelo irlandês Sean McBride, com o objetivo de organizar um mapeamento da realidade midiática em todo o mundo, com referência na conceituação da noção de direito à comunicação.

A partir de então, a temática “comunicação para o desenvolvimento” ganha novas percepções e abordagens. O modelo participativo deixa de ser unicamente uma abordagem teórica e passa a ser desenvolvido nas práticas sociais, com foco nas “propostas de desenvolvimento local, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento humano” (PERUZZO, 2014, p. 180) e na transformação das estruturas de poder a partir da dialogicidade proposta por Paulo Freire.

É ilustrativa, nesse sentido, a perspectiva apontada por McAnany (2012), que enfatiza em seus estudos sobre C4D a diferença entre esforços institucionais (desenvolvimento) e permanentes e significantes mudanças levadas às pessoas a partir da união entre comunicação, tecnologia, financiamentos, inovação e organização social como estratégias realizadas a partir do esforço de comunidades locais na solução de seus próprios problemas. “Isso indica uma importante distinção [...] entre o que é feito pela e para as pessoas ao longo das instituições e o que as pessoas fazem por elas mesmas” (McANANY, 2012, p. 3-4, tradução nossa).

Conforme aponta Peruzzo (2014), a partir da Nomic, as proposições da comunicação voltada à transformação social têm debatido a necessidade de políticas nacionais de comunicação que favoreçam às necessidades dos povos. Apesar de, em contextos rurais, a C4D ter se amparado nas políticas públicas governamentais, alternativas independentes das ações do governo, desde então, têm alcançado relevância no desenvolvimento social.

É por esta perspectiva que José Marques de Melo (1976) propõe que as prioridades governamentais deveriam prezar por investimentos em comunicação concentradas em canais

não convencionais, que enfatizem conteúdos utilitários, como é o caso da proposta de Beltrão (2014) na valorização dos veículos tradicionais de Folkcomunicação como mecanismos que podem servir de orientação na mobilização do desenvolvimento, já que é através dele que se concretizam não só a transferência do saber, como também a significação dos seus significados, sem que haja a isenção dos condicionamentos socioculturais.

Por fim, diante das proposições apresentadas, a expressão “comunicação para a mudança social” tem se tornado alternativa à C4D, no que se refere às possibilidades de a comunicação servir de mecanismo para o engajamento e a participação social, além de reafirmar a relevância de se trabalhar com o desenvolvimento dentro da perspectiva da Comunicação. Essa proposição se baseia no avanço da comunicação global em rede, a partir da convergência tecnológica, e nas promessas da sociedade da informação para atender na produção de conhecimento aos mais variados grupos sociais com o objetivo de garantir maior engajamento e disseminação de informações em um ambiente menos centralizado (PERUZZO, 2014).

Folkcomunicação e desenvolvimentismo

Foi na década de 1950 que Luiz Beltrão começou a registrar seus primeiros escritos científicos sobre o ensino de jornalismo e atuar como docente em um curso de jornalismo¹, os quais antecedem uma carreira de quase 30 anos de atuação na área, em Pernambuco. Dois anos depois, o pesquisador pernambucano cria o curso de jornalismo na Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) e estabelece maior engajamento com o ensino e a pesquisa em Comunicação (BENJAMIN, 2017).

As primeiras inquietações foram mais bem evidenciadas no livro *Iniciação à Filosofia do Jornalismo*, lançado em 1959, no qual levantou questionamentos sobre a desvalorização das elites dirigentes sobre a profissão, a liberdade de imprensa e a função social do jornalismo, em um período que pouco se falava a respeito da formação acadêmica e de sua importância para uma prática ética e responsável. Para Beltrão (1960), a atividade jornalística deveria se destacar por efetivar a prática de comunicação e atender as necessidades do público, em consideração a sobrevivência e o aperfeiçoamento dos povos, cujos elementos lhe proporcionam meios para inventar, produzir, modificar, estruturar, imprimir em seus subjetivos uma cultura, que conseqüentemente ganha dimensão simbólica para adquirir significados distintos.

Em 1959, foi criado, por meio da UNESCO, o Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (Ciespal) – fundado com o objetivo de aperfeiçoar os meios para atuação de programas sociais e para orientação da população rumo ao desenvolvimento² –, no qual quatro anos depois Beltrão ministrou um dos módulos do 4º Curso

1 Em 1959, Luiz Beltrão começa a lecionar como docente do curso de jornalismo na Faculdade de Filosofia N. S. de Lourdes, em João Pessoa-PB (BENJAMIN, 2017).

2 Ainda que o propósito fosse o desenvolvimento social, o âmbito da América Latina ainda engatinhava, a se sustentar fortemente no pensamento hegemônico norte-americano (ARAGÃO, 2017; BERGER, 2001).

Internacional de Aperfeiçoamento em Ciências da Informação, a convite do professor Gonzalo Córdova, e publicou a obra *Métodos de enseñanza de la técnica del periodismo*. No final dos anos 1960, também publicou uma apostila sobre Teoria da Comunicação (ARAGÃO, 2017).

As experiências citadas e, sobretudo, a publicação (BELTRÃO, 1960) foram primordiais para Beltrão (2014) (i) evidenciar a desvalorização profissional do jornalismo e a falta de apoio e suporte tecnológico “para que as mensagens pudessem ser transmitidas para lugares além dos círculos sociais mais próximos”, já que estas mensagens “não davam atenção à liberdade de imprensa” (ARAGÃO, 2017, p. 27), e (ii) questionar:

Como se informavam as populações rudes e tardas do interior de nosso país continental? Por que meios, por quais veículos manifestavam o seu pensamento, a sua opinião? Que espécie de jornalismo, que forma – ou formas – atenderia à sua necessidade vital de comunicação? Teria essa espécie de intercâmbio de informações e ideias algo em comum com o jornalismo, que passei a classificar de “ortodoxo”? E não seria uma ameaça à unidade nacional, aos programas desenvolvimentistas, aos nossos ideais políticos e à mesma sobrevivência do homem brasileiro, como tipo social definido, o alheamento em que nós, jornalistas, e os nossos governantes nos mantínhamos ante essa realidade enigmática, que é a comunicação sub-reptícia de alguns milhões de cidadãos alienados do pensamento das elites dirigentes? (BELTRÃO, 2014, p. 74).

Beltrão (2014), apoiado no processo desenvolvimentista desigual e nos ideais de uma comunicação voltada à valorização dos indivíduos invisibilizados econômica, política, social e culturalmente, constou disparidades comunicacionais, principalmente no Nordeste do Brasil, equivalente a uma elite dirigente que desconsiderava as alternativas de organização do povo. A comunicação seria, então, o principal problema da sociedade contemporânea e, a partir dela, se observava a existência de dois brasis, um em franco desenvolvimento e outro marginalizado.

[...] tem sido assinalada com frequência, como sinal marcante da situação nacional, a oposição entre Estado e Nação, entre as elites dirigentes e a massa urbana e rural, entre os receptores contumazes das mensagens veiculadas pelos meios convencionais, notadamente os de massa, e os públicos cegos e surdos a tais canais e, aparentemente, mudos e inoperantes (BELTRÃO, 1980, p. 15).

Ou seja, se na comunicação coletiva, o agente comunicador exerce o envio das mensagens, o seu retorno não é necessariamente um “diálogo”, já que não há uma discussão, mas uma ação. “[...] se o povo não reage às sugestões que lhes são feitas, há duas possibilidades: ele não compreendeu a mensagem e por isso não reagiu, ou a mensagem não atende às suas necessidades e reivindicações” (AMPHILO, 2010, p. 70). Assim, compreende-se que o folclore passou a

exercer papel fundamental em meio a cultura popular que, além de se comprometer a preservar práticas tradicionais, se configurou como forma de representação e expressão comunicativa do povo e para o povo, encarados por suas condições sociais e possibilidades de criar, reproduzir e contestar estereótipos e hierarquias transmitidos pela comunicação de massa.

Segundo o Censo Demográfico Brasileiro de 1960, apenas 35,18% da população tinha acesso ao rádio e 4,30% à televisão. Desses, somente 7,33% dos que tinham acesso ao rádio morava na área rural. E uma situação ainda mais crítica no acesso à televisão: apenas 0,15% da população rural possuía este aparelho. Além do mais, o acesso aos meios de comunicação estava entre os fatores, mas não se tratava do único problema enfrentado pela realidade brasileira. A falta de saneamento básico significava um sério problema que afetava grande parte dessa população (ARAGÃO, 2017).

Amphilo (2010) aponta que a Folkcomunicação caminhou paralelamente ao processo de desenvolvimento do Brasil, com o intuito de trazer artifícios para uma integração nacional junto à implantação de políticas públicas. Nesse ponto de vista, os meios de comunicação poderiam ser usados como mecanismos para a transformação social, visto que teriam diferentes ferramentas que poderiam aproximar diferentes grupos da sociedade, considerando um sistema democrático de comunicação que é a base para a consecução dos projetos desenvolvimentistas do governo.

Na mesma época, as pesquisas no âmbito latino-americano, por meio do Ciespal, tinham vínculo com os modelos norte-americanos desenvolvidos pela *Mass Communication Research* (MCR), nos quais um dos interesses de investigação se baseava nos efeitos dos meios de comunicação – a influência pessoal e a eficácia comunicativa era uma de suas principais preocupações (ARAGÃO, 2017). Essa perspectiva, liderada por Paul Lazarsfeld (1964), constatava a participação dos líderes de opinião nas decisões eleitorais. As teorias do fluxo comunicacional em duas (*two step*) ou em múltiplas etapas (*multistep*)³ partiram do entendimento da tomada de decisão do público, ou seja, a comunicação informal e interpessoal era muitas vezes mais influente do que a exposição ao rádio ou ao jornal.

Na perspectiva da Folkcomunicação, Beltrão (2014) apontou que não se levou em consideração que a intercomunicação empregava instrumentos eficazes que se perduravam em outros fluxos, ainda dentro do processo de comunicação, através de um sujeito social que atuava como representante de determinado grupo. Essa liderança, referenciada como influência indireta dos meios de comunicação de massa, constituía-se como um indivíduo do mesmo nível social que, mais propenso a receber informações da cultura de massa, reinterpreta as mensagens em uma linguagem mais próxima do grupo em condição de marginalização.

3 A teoria surgiu a partir dos entendimentos sobre a tomada de decisão durante uma campanha de eleição presidencial. Paul Lazarsfeld, Bernard Berelson e Hazel Gaudet entenderam que a comunicação informal e pessoal era muitas vezes mais influente do que a exposição aos meios de comunicação de massa. Inicialmente as pesquisas consideravam a existência da mediação de um líder de opinião entre a recepção e os meios de comunicação (*two-step flow of communication*). Na sequência, em consideração aos apontamentos de Wilbur Schramm, admitiu-se que os líderes de opinião são *gatekeepers* e atuam, muitas vezes, na mediação de informações para outros líderes, ou seja, um processo de comunicação em múltiplas etapas (*multi-step flow of communication*).

Segundo Aragão (2017, p. 175), a ideia de líder de opinião tem forte relação com as pesquisas de C4D, uma vez que uma das propostas de Schramm “era encontrar pessoas e meios eficazes para que as informações das campanhas chegassem aos receptores”. Isto é, assim como na Folkcomunicação (BELTRÃO, 2014), o pensamento desenvolvimentista visualizava os líderes como tradutores e figuras de relevância nos grupos em que atuavam. Por considerar que a Folkcomunicação surgiu no contexto da MCR e do desenvolvimentismo e teve forte influência do Ciespal, Aragão (2017, p. 180) conclui que a teoria está alinhada “à ação desenvolvimentista defendida a partir das ideias da UNESCO” e se aproxima das pesquisas norte-americanas por “buscar entender os efeitos da comunicação, de fazer uso da ideia de líder de opinião e ao propor metodologias, como a análise de conteúdo”.

Uma questão que merece atenção, no entanto, é que há um tensionamento na Folkcomunicação ainda não resolvido. Do mesmo modo que Beltrão (1980, 2014) aponta que as elites dirigentes ignoram os grupos que não se integram aos projetos desenvolvimentistas, as classes marginalizadas criticam, recusam, contestam e resistem à imposição de culturas forâneas (AMPHILO, 2010; ARAGÃO, 2017; SANTANA, 2020).

Sobre este aspecto, por um lado evidencia-se que os meios de comunicação tradicionais preenchem o espaço da ausência da comunicação massiva e podem ser utilizados pela classe dirigente para fins de aproximação do povo, conforme Marques de Melo (1976) em alinhamento ao modelo difusionista da C4D. Por outro, sugere-se utilizar os condicionamentos socioculturais para possibilitar um diálogo efetivo por meio dos canais de comunicação popular em um processo educacional, semelhante à comunicação interpessoal, como apontado por Paulo Freire (1983), conforme Antônio Hohlfeldt (2012, p. 55) justifica:

[...] a proximidade, a confiança e a identidade entre emissor(es) e receptor(es) é tamanha, que é como se eles fossem apenas duas pessoas, uma de cada lado do processo comunicacional. [...] trata-se de um processo horizontal, em que emissor e receptor encontram-se no mesmo nível, justamente aquela reivindicação que apresentava Paulo Freire quando a um verdadeiro processo de aprendizagem caracterizado pela comunicação.

Essa perspectiva foi uma das bases das pesquisas em Folkcomunicação e desenvolvimento local de Roberto Benjamin (2000), ao propor enxergar as expressões populares como mecanismos que facilitam a compreensão da realidade local, imprescindível no processo de aprendizado e na inserção de políticas públicas eficientes. Da mesma maneira, Betânia Maciel (2012) propõe enxergar as mediações culturais como mecanismo de desenvolvimento local, juntamente com os atores em situação de marginalização. Assim, a arregimentação das potencialidades, por meio das políticas culturais, impulsionaria o desenvolvimento e aproveitamento das capacidades, já que

para ser de fato bem estruturado e sustentável, o processo de desenvolvimento deve resultar em consequências incisivas que majorem o nível de oportunidades sociais e as possibilidades de atuação e de concorrência com os outros núcleos de economia local, recrudescendo a renda e diversificando as formas de riqueza e as possibilidades de melhoramento da qualidade de vida, assim como também assegurando meios de conservação dos recursos naturais (MACIEL, 2012, p. 45).

As duas perspectivas são visualizadas na C4D, entretanto, como dito anteriormente, a visão ingênua de que o difusionismo contribuiria com o desenvolvimento através de suas técnicas de alcance das massas foi superada, uma vez que as pesquisas contemporâneas partem de pensar um modelo participativo com o renascimento de práticas multilaterais de comunicação em vista à transformação social (TUFTE, 2013).

De todo modo, mesmo que a Folkcomunicação ainda apresente alguns fatores limitantes em seus estudos, não se pode deixar de considerar seu avanço teórico-metodológico e sua capacidade de alcançar os mais diversos objetos de estudos na sociedade midiaticizada, e sua capacidade dialógica com a transformação social para diferentes sociedades. Hohlfeldt (2012, p. 55) destaca que,

ela [a Folkcomunicação] torna possível estudar os sistemas comunicacionais não apenas das sociedades industrializadas, mas de todas as demais, estas mesmas em que os diferentes estágios de desenvolvimento e de industrialização permitem a sobrevivência de sistemas arcaicos - não ultrapassados - convivendo com sistemas altamente tecnológicos.

Para tanto, observa-se a Folkcomunicação como um dos mecanismos que abastecem o campo da CD4, no que se refere aos métodos de reconhecimento e valorização cultural dos povos em circunstância de invisibilização comunicacional. Nela, os mecanismos da comunicação artesanais são entendidos como fornecedores de acesso à informação e possibilidades de interação do público na tomada de decisões no âmbito político e social. Por assim dizer, a teoria parte do objetivo de se pensar em metodologias próprias voltadas à compreensão das demandas das regionalidades na difusão de informações, na orientação da opinião pública e na promoção do bem comum.

Considerações finais

As reflexões aqui apresentadas reafirmam que a teoria beltraniana partiu de pensar a cultura frente ao cenário de desenvolvimento, visto que no contexto social brasileiro as manifestações do povo eram desconsideradas pela elite dirigente e na América Latina abria-se às discussões que buscavam valorizar as diferentes culturas. Neste aspecto, entende-se que

o questionamento da Folkcomunicação, no que se refere a exclusão comunicacional, tem por objetivo suprimir os problemas comunicacionais entre os indivíduos em sociedade. Para isso, as prioridades governamentais devem investir na valorização dos veículos tradicionais de Folkcomunicação na orientação e na mobilização do desenvolvimento.

Acredita-se que as noções da C4D aliadas à Folkcomunicação contribuem na percepção crítica do processo de comunicação e seus efeitos na sociedade, sobretudo porque não se trata apenas de compreender as relações sociais, mas também de entender os aspectos sociopolíticos e socioeconômicos. Assim, a discussão entre as perspectivas demonstra que a comunicação caminha paralelamente aos processos de mudanças sociais e ambas as perspectivas podem ocupar papel representativo nas políticas de desenvolvimento, seja pelo modelo difusionista ou pelo participativo.

Infere-se que as vertentes, por um lado, partiram de se pensar em ações que propõem voz e participação aos cidadãos, sobretudo aos grupos sociais que se encontravam à margem. Por meios de princípios e práticas interpenetradas na dinâmica da comunicação midiática, as instituições se tornaram espaços importantes para o desenvolvimento e a transformação social. Por outro lado, demonstrou-se a importância da transformação da comunicação vertical em horizontal como promoção à participação social.

Dentre as principais contribuições de Beltrão (1980, 2014), destaca-se a importância da experiência brasileira frente aos estudos no âmbito da América Latina. Reconhece-se que, de fato, há um diálogo possível entre as duas vertentes e que ambas se complementam e buscam um mesmo fim: demonstrar a relevância da comunicação como ferramenta de organização social, diálogo e participação, refletindo sobre uma comunicação dialógica como método de promoção à mudança estrutural da sociedade.

Referências

- AMPHILO, M. I. **A gênese, o desenvolvimento e a difusão da folkcomunicação**. 2010. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2010.
- ARAGÃO, I. P. **Elos teórico-metodológicos da folkcomunicação: retorno às origens (1959-1967)**. 2017. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2017.
- BELTRÁN, L. R. Adeus a Aristóteles: comunicação horizontal. In: PRATA, N.; JACONI, S.; SANTANA, F. (org.). **Pensamento Comunicacional na América Latina** – textos antológicos e autores emblemáticos. São Paulo: Intercom, 2019. p. 167-201.
- BELTRÁN, L. R. La Comunicación para el Desarrollo en Latinoamérica: un recuento de medio siglo. **Anagramas Rumbos y Sentidos de la Comunicación**, v. 4, n. 8, p. 53-76, 2006.
- BELTRÃO, L. **Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados**. São Paulo: Cortez, 1980.
- BELTRÃO, L. **Folkcomunicação: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de ideias**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS & FAMECOS, 2014.
- BELTRÃO, L. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1960.

- BENJAMIN, R. **Folkcomunicação no contexto de massa**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2000.
- BENJAMIN, R. A gênese de Iniciação à Filosofia do Jornalismo de Luiz Beltrão. *In*: FERNANDES, G. M. et al. (org.). **Roberto Benjamin: pesquisa, andanças e legado**. v. 1: Folkcomunicação e Comunicação Rural. Campina Grande: Eduepb, 2017. p. 33-52.
- BERGER, C. A pesquisa em Comunicação na América Latina. *In*: HOHLFELDT, A. C.; MARTINO, L. C; FRANÇA, V. V. (org.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 241-277.
- BORDENAVE, J. D. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ECO, U. **Apocalípticos e Integrados**. Espanha: Editorial Lumen, 1984.
- ESCUADERO, C. O conceito de desenvolvimento e sua capacidade organizativa dos fenômenos: da questão econômica à social e sustentável. *In*: SARTORI, M. A.; PINATO, T. B. (org.). **Desenvolvimento sustentável e (r)evolução tecnológica ambiental**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2018. p. 129-142.
- FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- FURTADO, C. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HOHLFELDT, A. Pesquisa em Folkcomunicação: possibilidades e desafios. *In*: LOPES FILHO, B. B. et al. (org.). **A Folkcomunicação no limiar do século XXI**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012. p. 53-64.
- LAZARFELD, P. Os meios de comunicação de massa e a influência pessoal. *In*: SCHRAMM, W. (org.). **Panorama da comunicação coletiva**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. p. 87-96.
- LENER, D. Cooperação e comunicação internacional no desenvolvimento local. *In*: LENER, D.; SCHRAMM, W. **Comunicação e mudança nos países em desenvolvimento**. São Paulo: Melhoramentos, 1973. p. 119-141.
- MACIEL, B. Folkcomunicação e desenvolvimento local. *In*: LOPES FILHO, B. B. et al. (org.). **A Folkcomunicação no limiar do século XXI**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012. p. 43-52.
- MARQUES DE MELO, J. **Comunicação, opinião e desenvolvimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.
- MARQUES DE MELO, J. **Subdesenvolvimento, urbanização e comunicação**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.
- McANANY, Emile G. **Saving the World**. A Brief History of Communication for Development and Social Change. Urbana, Chicago and Springfield: University of Illinois Press, 2012.
- ORTIZ, R. **Cultura popular – Românticos e folcloristas**. São Paulo: PUC-SP, 1985.
- PERUZZO, C. M. K. Comunicação para o desenvolvimento, comunicação para a transformação social. *In*: MONTEIRO NETO, A. (org.). **Sociedade, política e desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2014. p. 161-195.
- RINCÓN, O. Mutações bastardas da comunicação. **MATRIZES**, n. 12, v. 1, p. 65-78, 2018.
- ROGERS, E. M. **Diffusion of innovations**. Nova Iorque: Free Press, 2003.
- SANTANA, F. M. **O caranguejo e a construção da identidade cultural de Aracaju: uma análise folkcomunicação**. 2020. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, Brasil, 2020.
- SCHRAMM, W. Mecanismo de la comunicación. *In*: SCHRAMM, W. (org.). **Proceso y efectos de la comunicación colectiva**. Quito: Ciespal, 1964. p. 3-23.

SCHRAMM, W. **Comunicação de massa e desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1976.

SERVAES, J. Comunicación para el desarrollo: tres paradigmas, dos modelos. **Comunicação Midiática**, Bauru, ano 1, n. 1-2, p. 19-53, 2004.

TUFTE, T. O renascimento da Comunicação para a transformação social – Redefinindo a disciplina e a prática depois da ‘Primavera Árabe’. **Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.**, São Paulo, n. 36, v. 2, p. 61-90, 2013.

WERNECK-SODRÉ, N. **Desenvolvimento brasileiro e luta pela cultura nacional**. Itu: Ottoni Editora, 2010.

Sobre os autores

Flávio Santana

Professor substituto do curso de Bacharelado em Jornalismo da Universidade Estadual do Piauí (Uespi). Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Tiradentes (Unit) e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Diretor Financeiro da Rede de Estudos e Pesquisa em Folkcomunicação (Rede Folkcom). E-mail: ms.flaviosantana@hotmail.com.

Camila Escudero

Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com período de pesquisa no Latin American and Latin Studies Program da University of Illinois at Chicago (UIC). Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Assistente de pesquisa no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) no projeto Mapa das OSCs. Membro da equipe de formadores do Núcleo Educom, da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo. Consultora da OIM e da UNESCO, das Nações Unidas, escritório do Brasil. E-mail: camilaescudero@uol.com.br.

Guilherme Moreira Fernandes

Professor do Centro de Artes, Humanidades e Letras e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CAHL-PPGCOM-UFRB). Doutor em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCOM-ECO-UFRJ). Realizou estágio de pós-doutorado Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Presidente da Rede de Estudos e Pesquisa em Folkcomunicação (Rede Folkcom). E-mail: guilherme.fernandes@ufrb.edu.br.

Contribuição dos autores

Santana, F.: conceituação, pesquisa, análise formal, escrita – rascunho original, escrita – revisão e edição; Escudero, C.: escrita – rascunho original, escrita – revisão e edição; Fernandes G. M.: escrita – rascunho original, escrita – revisão e edição.

Disponibilidade de dados

Os autores confirmam que os dados que apoiam os resultados deste estudo estão disponíveis no artigo.

Conflito de interesse

Os autores declaram que não há conflito de interesse.

Dados editoriais

Recebido em: 13/09/2021

Aprovado em: 04/11/2022

Editora responsável: Maria Ataíde Malcher

Assistente editorial: Weverton Raiol

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença **Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY)**. Os autores retêm todos os direitos autorais, transferindo para a Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação o direito de realizar a publicação original e mantê-la sempre atualizada.

